

ESTUDOS EM COMUNIDADES DE PRÁTICAS: UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DA HERMENÊUTICA

Zélia Halicki¹
Rosaly Machado²
Adriano Stadler³
Sieglinde Kindl da Cunha⁴

Resumo

A aprendizagem colaborativa é um conceito que vem se difundido no meio social a partir da velocidade da criação e disseminação de informações, também pelo fato de que o tempo e o espaço não podem ser barreiras para que sejam criadas comunidades de prática, em que a aprendizagem seja construída de maneira democrática. Nesse sentido, o presente estudo justifica-se teórico-empiricamente por retratar as formas de construção de conhecimento em comunidades de prática, pois desta forma, abre-se margem para a compreensão e a ressignificação da aprendizagem em diversos tipos de grupos. O objetivo geral deste estudo foi analisar como pode se dar a construção do conhecimento em uma comunidade de prática através de um olhar sob a ótica da hermenêutica, haja vista, o posicionamento positivista, apesar de representar o *mainstream* no meio acadêmico, pode deixar margens à serem aparadas e lacunas, as quais podem apresentar relevantes resultados. Sendo assim, a pesquisa qualitativa, pertencente a um paradigma subjetivista traz novos olhares a objetos já conhecidos. Considerando-se o fenômeno das comunidades de práticas como algo criado pela ação e prática humana, a ótica da hermenêutica induz as análises para além da simples observação de sua manifestação direta de uma comunidade ou grupo estudado, pois possibilita revelar a sua essência e o seu significado real, com base em elementos de origem subjetiva e cognitiva.

Palavras- chave: comunidades de prática, hermenêutica.

¹ Doutoranda em Administração pela Universidade Positivo. Membro do Grupo de Pesquisa Inovação e Sustentabilidade do PMDA Universidade Positivo. Atualmente participa do Projeto Inovação para a Sustentabilidade: Uma análise da gestão da transição tecnológica para energias renováveis no Brasil – Fundação Araucária. E-mail para contato: zhalicki@bol.com.br

² Doutoranda em Administração pela Universidade Positivo. Professora e Membro do Colegiado de Curso e Coordenadora de Estágio Supervisionado no Departamento de Ciências Contábeis na Universidade Estadual de Ponta Grossa–UEPG. E-mail para contato: rosalmachado@uepg.br

³ Doutor em Administração e Turismo pela Univali, com estágio doutoral na Glasgow Caledonian University - UK. Atualmente é professor dedicação exclusiva do IFPR - Instituto Federal do Paraná. E-mail para contato: adriano.stadler@ifpr.edu.br

⁴ Bolsista produtividade em Pesquisa. Doutora em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Professora titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração PMDA e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental - PGAMB da Universidade Positivo. Atua como coordenadora na linha de pesquisa de Estratégia, Empreendedorismo e Inovação, e é coordenadora do Grupo de Pesquisa Inovação e Sustentabilidade do PMDA. E-mail para contato: skcunha21@gmail.com

Abstract

Collaborative learning is a concept that is disseminated in the social environment from the speed of creation and dissemination of information, also by the fact that time and space can not be barriers to creating communities of practice, where learning be built in a democratic way. In this sense, the present study is justified theoretically-empirically by portraying the forms of knowledge construction in communities of practice, because in this way, there is scope for understanding and re-signification of learning in different types of groups. The general objective of this study was to analyze how the construction of knowledge can be given in a community of practice through a view from the perspective of hermeneutics, given that the positivist positioning, despite representing the mainstream in the academic environment, may leave margins at the and gaps, which may present relevant results. Thus, the qualitative research, belonging to a subjectivist paradigm brings new glances to already known objects. Considering the phenomenon of communities of practices as something created by human action and practice, the view of hermeneutics induces the analysis beyond the simple observation of its direct manifestation of a community or group studied, because it allows to reveal its essence and its real meaning, based on elements of subjective and cognitive origin.

Key-words: communities of practice, hermeneutics.

1 INTRODUÇÃO

O interesse deste ensaio teórico está na proposta de uma alternativa epistemológica, a hermenêutica, como metodologia que possibilite a realização do estudo sobre o processo da construção do conhecimento em comunidades de prática. Estes componentes interpretativos atrelados ao processo das práticas, podem resultar no entendimento de como a aprendizagem ocorre entre os participantes de um determinado grupo ou comunidade de prática.

Este ensaio teve como objetivo propor um estudo sobre a hermenêutica como método de acesso ao fenômeno da aprendizagem mediante a perspectiva interpretativa da prática social, de forma a possibilitar o seu entendimento pelas suas manifestações mais profundas e reais, ou seja, mais próximo a sua essência.

A aprendizagem colaborativa é um conceito que vem se difundido no meio social, a partir da velocidade da criação e disseminação de informações, também pelo fato de que o tempo e o espaço não podem ser barreiras para que criem comunidades de prática, em que a aprendizagem seja construída de maneira democrática. Nesse sentido, o presente estudo apresenta as formas de construção de conhecimento em comunidades de prática a partir do qual, abre-se margem para a compreensão e a ressignificação da aprendizagem em diferentes tipos de grupos.

Avaliar objetos a partir do posicionamento positivista, apesar de este representar o *mainstream* no meio acadêmico, pode deixar margens à serem aparadas e lacunas, as quais podem representar relevantes resultados, por isso a utilização da pesquisa qualitativa, pertencente a um paradigma subjetivista traz novos olhares a objetos já conhecidos. Assim, a compreensão da construção do conhecimento em uma comunidade de práticas, pode apresentar meios alternativos de aprendizagem, que poderão ser replicados a outros contextos, tais como escolas, empresas, cooperativas, associações e demais organização, nas quais seja necessária a construção colaborativa de conhecimento.

Desta forma o objetivo geral deste artigo é analisar como se dá a construção do conhecimento em comunidades de prática.

2 TEORIA DAS PRÁTICAS SOCIAIS

A análise de fenômenos sociais pela perspectiva da prática parece ser mais apropriada para compreender a realidade como ela é, pois não se busca compreender como algo foi feito ou dito, mas compreender o modo como as pessoas organizam seus dizeres e fazeres, o que revela então a realidade do que acontece no cotidiano das práticas. Apenas compreender o que foi feito ou simular o que pode ser feito não corresponde ao que, de fato, ocorre. No entanto, uma compreensão, pela epistemologia da prática (modo de acesso da realidade se dá pela prática como unidade de análise), exige muito do pesquisador.

Schatzki (2012) apresenta um conjunto de elementos que orientam esse olhar, fornecendo uma ferramenta que possibilita direcionar a pesquisa. Entretanto, a complexidade de fatores e dimensões que estão envolvidas nesta abordagem exige do pesquisador uma compreensão mais ampla e profunda de conceitos complexos da pesquisa social. Acrescenta ainda o autor, que os pesquisadores não precisam acompanhar e registrar a potencialidade da complexidade labiríntica de pacotes, redes de pacotes, e assim por diante, e que tudo o que é necessário é uma visão geral do fenômeno social e seus trabalhos que são redigidos em termos relativos, não para os detalhes de pacotes de arranjos de prática, mas para formações inteiras e suas relações.

Importante observar alguns pontos em comum entre os pesquisadores de fenômenos sociais e críticos sobre a abordagem da prática: (a) uma prática é uma constelação organizada de atividades de diferentes pessoas, o que implica pressupor que práticas são “sociais” e são “organizadas”; (b) importantes facetas da vida humana estão enraizadas em práticas (sociais e organizadas) – portanto mediadas por várias dimensões. Estas dimensões representam fenômenos sociais como ciência, poder e mudança social. Representam também o sujeito (praticante) trazendo características da vida humana como a identidade, aprendizagem e comunicação, concebendo o conteúdo das práticas representado nos estados mentais e ações engajadas em uma determinada prática; (c) atividade humana é algo que não pode ser colocado apenas em palavras, contraria a relação sujeito-objeto, inclui algo não proposicional, inclui habilidades corporais, estéticas, gosto, etc. (SCHATZKI, 2012).

Santos e Silveira (2015) enfatizam que a ontologia da prática social pressupõe que o contexto (*lócus* do social, da coexistência humana) é composto por uma malha (rede) de conexão (nexos) de práticas e de arranjos materiais, a partir da qual e na qual a coexistência humana (ordem social) se desenrola e, é nessa malha (*lócus* do social/contexto) que as entidades (humanas e não humanas) agem, relacionam-se, posicionam-se umas em relação às outras e ganham significado e identidade. Nesse sentido, a malha práticas-arranjos materiais é concebida como o lugar em que a vida humana acontece.

De acordo com Schatzki (2005), estudar os fenômenos sociais implica três tarefas centrais: identificar a ação que o compõe; identificar os feixes de prática e arranjo de que essas ações fazem parte (usando os nomes locais como ponto de partida); e identificar outras redes de práticas para o qual os arranjos práticos são interligados. A sugestão é que para compreender os laços entre redes, faz-se necessário a concentração, especialmente nas semelhanças e orquestrações das ações, ordens teleológicas e regras; cadeias de ação incluindo interações harmoniosas, competitivas e conflituosas; conexões entre redes de materiais; e os desejos, crenças e outras atitudes que os participantes de uma rede têm em

direção às outras redes, pois a coexistência humana ou a ordem social é algo que se desenrola nas e a partir das malhas práticas-arranjos (SCHATZKI, 2005).

Essa malha que constitui a ordem que marca toda a vida social é o *lócus* do social onde as entidades (humanas e/ou não humanas) agem, relacionam-se, posicionam-se umas em relação às outras e ganham significado e identidade (SCHATZKI, 2002).

Vale ressaltar que as práticas, ainda que se desenrolem em meio às atividades humanas, são fenômenos não individuais. As ações que compõem uma prática são desempenhadas por indivíduos, mas a organização da prática, aquilo que lhe dá coerência - o seu conjunto de entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas - não pertence a um ou outro indivíduo específico ou mesmo a um grupo (SCHATZKI, 2003, 2005).

A organização das práticas poderia ser descrita como um conjunto normativo de estados mentais. Entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas são incorporados na mente dos praticantes por meio dos seus estados mentais: os entendimentos se tornam um *know-how* individual, as regras objetos de crença e os fins e afetos, objetos de desejo (SCHATZKI, 2005).

Os estudos baseados em práticas partem da noção de uma realidade emergente, do conhecimento como uma atividade material, conectada a artefatos materiais: o social não só está relacionado aos seres humanos, mas também a artefatos simbólicos e culturais. A noção de prática é rica à medida que articula a noção de espaço-tempo do fazer dos atores, isto é, como práticas "situadas", implicando incertezas, conflitos e incoerências como características intrínsecas a essas práticas. Acredita-se que esta nova noção do processo de aprendizagem organizacional pode gerar consideráveis insights em sua natureza, contribuindo também para a compreensão da micro e macro-dinâmica da organização, e para o fluxo de mudança em um sistema social. Para obter esses insights é necessário, porém, repensar os métodos que devem fazer parte de nossa caixa de ferramentas, devido à natureza interpretativa do processo em questão (ANTONELLO; GODOY, 2009, p. 279-280).

No que tange à aprendizagem, a mesma passa a ser compreendida como um elemento inerente à prática social (HANDLEY *et al.*, 2006), a qual enfatiza o exercício da prática gerando novos significados e construção de identidade a partir do aprendizado, à medida que a transmissão do conhecimento passa a ocorrer a partir da experiência prática (WENGER, 1998; HANDLEY *et al.*, 2006).

Para Wenger (2000, p. 22) a aprendizagem pode ser definida como “uma interação entre as competências sociais e experiências pessoais. É uma relação de duas vias dinâmica entre as pessoas e os sistemas de aprendizagem social em que participam. Ela combina a transformação pessoal com a evolução das estruturas sociais”. Nota-se nesse caso, que a aprendizagem por meio de sua concepção histórica e social, interage com experiências e conhecimentos adquiridos pela variação dessas relações, diante da competência social e experiência pessoal dos indivíduos (WENGER, 2000; 2003; 2006).

Nicolini (2013, p. 5) ainda afirma que “tornar-se parte de uma prática existente implica, assim, aprender a agir, como falar (e o que dizer), mas também como se sente, o que esperar, e o que as coisas significam”.

3 COMUNIDADES DE PRÁTICA

A comunidade de prática de acordo com Wenger e Snyder (2001) é um grupo de pessoas que se agrupa para debater acerca de um determinado tema, para desenvolvimento de competências através da troca de conhecimentos ressaltando como vantagem o fato de as mesmas encontrarem na prática e na troca de experiência uma solução para o aprendizado, bem como para resolução de problemas, isto posto, em tempo menor do que ocorreria normalmente.

As comunidades de prática são grupos de pessoas ligadas informalmente pelo conhecimento especializado e compartilhado pela paixão por um empreendimento conjunto - engenheiros empenhados na perfuração em águas profundas... Algumas comunidades de prática reúnem-se com regularidade – para almoçar as quintas-feiras, por exemplo. Outras estão conectadas sobre tudo por redes de e-mail (WENGER; SNYDER, 2001, p. 10).

Wenger (2008) apresenta os componentes de uma teoria social da aprendizagem enfatizados (Fig.1), onde considera quatro categorias: o significado, a identidade, a prática e a comunidade e nestas, as suas formas de aprendizagem.

FIGURA 1 - COMPONENTES DE UMA TEORIA SOCIAL DA APRENDIZAGEM: INVENTÁRIO INICIAL

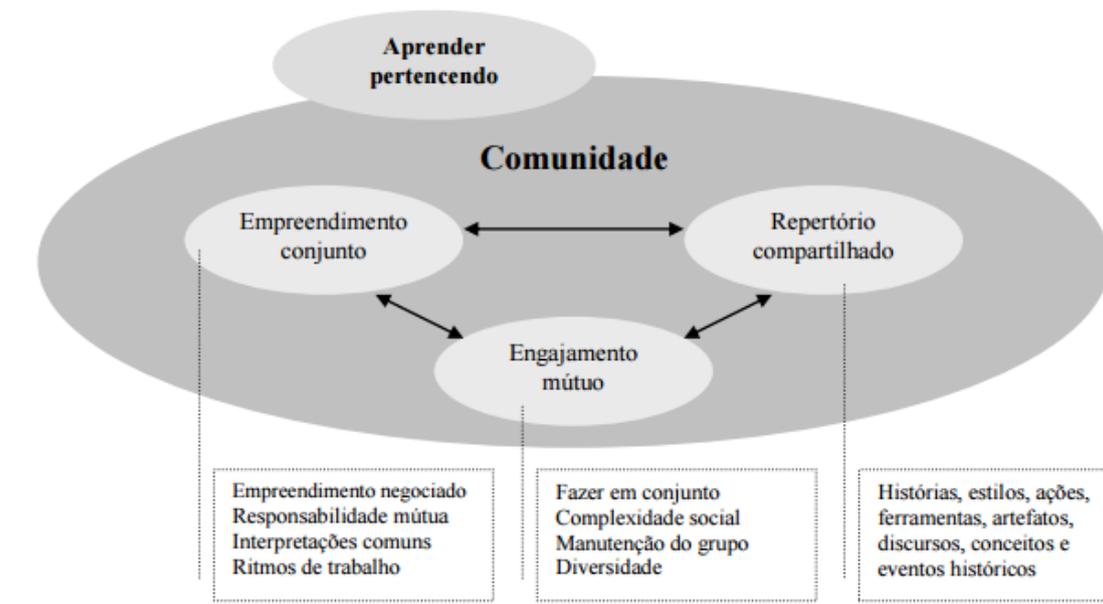


Fonte: Wenger (2008).

Vale destacar que as comunidades de prática não se formam por uma “vontade súbita, mas costumam desenvolver-se informalmente, acumulando, através do tempo, uma história de aprendizagem”. Há, ainda nessas comunidades, “um senso comum de empreendimento e uma percepção do valor que vai sendo agregado” (NICOLINI, 2013, p. 26).

Na figura 2 podem ser melhor observadas as dimensões da prática que unem uma comunidade, destacadas por Nicolini (2013).

FIGURA 2 - DIMENSÕES DA PRÁTICA QUE UNEM UMA COMUNIDADE



Fonte: Nicolini (2013).

Na visão de Wenger (1998), o engajamento mútuo dos participantes de uma comunidade é característico e há uma prática comum entre eles. Uma prática não existe no abstrato, mas porque “há pessoas engajadas em ações cujos significados estão sendo negociados entre elas. Elas não são apenas um agregado de pessoas definidas por alguma característica comum” (WENGER, 1998, p.73). Desta forma, criar condições para o engajamento mútuo permite que essa dimensão ajude a definir uma comunidade de prática e mantenha sua coerência. Os aspectos instrumentais da prática são a parte mais visível desse processo. O trabalho de manutenção da comunidade, no entanto, “pode ser a parte menos visível, menos valorizada ou mesmo não reconhecida. Uma comunidade de prática deve prestar atenção ao trabalho de fazê-la permanecer unida” (WENGER, 1998, p.74).

Souza-Silva (2005) aponta que as contradições, discordâncias, tensões e conflitos são resultados prováveis da diversidade de posicionamento entre os membros de uma comunidade de prática que enfrentam dilemas conjuntamente. A presença dessa heterogeneidade pode permitir uma ampla partilha de experiências, intensificando o processo de aprendizagem.

Já o engajamento mútuo favorece os empreendimentos comuns no que se refere à ação de realizar projetos conjuntamente, conversando, trocando experiências, relatando vivências. Trata-se da maneira com que os membros se vinculam com os outros e negociam significados em busca de respostas para aqueles dilemas, uniformes ou não (GHERARDI *et al*, 1998).

Nicolini (2013) destaca que o engajamento mútuo é uma combinação de competências diversas que se conectam para entregar um trabalho homogêneo. Um indivíduo conecta o que sabe e o que faz com outros indivíduos que tenham diferentes conhecimentos e habilidades que a ele não pertencem e que lhe sejam complementares. Quando “se pertence a uma comunidade de prática, é importante oferecer e receber ajuda para bem desempenhar o seu trabalho” e, com essa troca, as “[...] relações entre os membros se estabelecem e sua interconexão se torna mais profunda, tornando comunidade de prática um emaranhado de relações interpessoais” (NICOLINI, 2013, p. 29).

4 HERMENÊUTICA

A hermenêutica pode ser entendida como a teoria geral da compreensão e interpretação das manifestações de linguagem verbal e não-verbal, traz a própria compreensão como o modo de existência do próprio indivíduo enquanto sua ontologia fundamental. Pelas referências apontadas no texto que discorre sobre as práticas, a hermenêutica citada está próxima a de Heidegger, pois ao citar Schatzki na conceituação da prática este autor tem em suas bases a fenomenologia existencialista de Heidegger.

Nesse sentido, a contribuição da hermenêutica seria trazer à luz aquilo que se mostra oculto naquilo mesmo que se mostra, ou seja, na própria manifestação, em outras palavras na aparência, é buscar o fenômeno diretamente, a sua essência. E na perspectiva heideggeriana é o sentido do Ser, os modos e maneiras e expressão de Ser (Dasein).

A aplicação da hermenêutica assume o caráter de uma lente de percepção, que primeiramente, foi levada a ter suas origens em problemas de exegese bíblica. Foi acolhida pelos teóricos do início do XVIII até o século XIX,

escritores como Wilhelm Dilthey, Friedrich Schleiermacher, Martin Heidegger, entre outros (GRONDIM, 1999).

A hermenêutica teceu seu viés para teorias mais abrangentes da interpretação textual, ou seja, a um conjunto de regras que fornecem a base para uma boa prática interpretativa (GADAMER, 2007).

Entre várias formas de interpretação ou análise de compreensão, ela aparece como interpretações da ação do sujeito no mundo da vida, e tem como tarefa tornar acessível o ser-aí próprio em cada ocasião, em seu caráter ontológico (HEIDEGGER, 2012), superando os limites impostos por uma mera experiência analítica de um texto literário (GADAMER, 2007).

Logo, ações pragmáticas também viabilizam e instituem a hermenêutica, haja vista, que os princípios hermenêuticos de compreensão interpretativa e ser-no-mundo são muito importantes no espaço da academia para o cultivo dos educadores.

Para Stein (1996) quando se pensa em hermenêutica, surgem pressupostos para uma análise interpretativa das expressões linguísticas no sentido de desocultar o significado, interpretar e compreender a força expressiva colocada na palavra.

Por isso, a significação e abordagem contemporânea que avigora atualmente a hermenêutica, vêm do encadeamento da prática em inúmeras áreas do saber, como por exemplo, no direito, arte, música, linguagem, educação etc., pela facilidade de gerar transformações inesperadas de entendimento em questões de procedimento na área de humanas.

Nas investigações de Gadamer (2007, p. 95) a hermenêutica é “[...] a doutrina da compreensão e a arte da interpretação daquilo que é assim compreendido”. O modo real da operação da prática entre sujeitos estritamente epistemológicos, e marca a passagem para um diferencial de racionalidade e ontologia comparativa e integrativa (GRONDIM, 1999).

Portanto, a compreensão parte de como o indivíduo entende a sua própria hermenêutica, pois se antes de interpretar algo não houver esse esclarecimento, ocorre a possibilidade de a interpretação ser levada a cunho, carregada de

pressupostos do próprio pensador, o que desvirtuaria a real interpretação (GADAMER, 2007).

A hermenêutica pode auxiliar as práticas a tornarem-se fontes confiáveis para compreender o que foi percebido e o que está sendo desvendado, bem como, auxiliar as empresas a procurar exclusividade através da implementação de condições competitivas, como a melhor prática enquanto estabelece uma replicação ou repetição da melhor prática por seus praticantes.

Para Davey (2013), a hermenêutica pode ajudar a compreender como os profissionais podem ser co-criadores da visão de uma comunidade para melhor prática. Para o autor, a hermenêutica filosófica de Gadamer busca a ênfase na participação prometendo uma abordagem que irá revolucionar a prática, e dá-nos novas maneiras de pensar sobre a produtividade cultural e legitimação social das humanidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve como foco a análise da hermenêutica como opção epistemológica para o entendimento do aprendizado através das comunidades de prática, em que componentes interpretativos subjacentes às ações podem enrijecer a visão dos participantes de um grupo, a partir do qual eles já não conseguem visualizar as opções de ações existentes e a partir da interação com o grupo conseguem compreender as diferentes formas de aprendizado.

Considerando o fenômeno das comunidades de práticas como algo criado pela ação e prática humana (atores) a aplicação da hermenêutica no seu estudo, leva as análises para além da simples observação de sua manifestação direta de uma comunidade ou grupo estudado, pois possibilita revelar a sua essência e o seu significado real, com base em elementos de origem subjetiva e cognitiva.

Alves, Rabelo e Souza (2013) confirmam que a hermenêutica contribui de forma coerente na análise sobre a essência dos fenômenos que se formam nas redes de relacionamentos das ciências sociais que correspondem a diferentes “modos de vida” das comunidades de práticas, os quais com a utilização de outros métodos seria de difícil extração.

De acordo com Nicolini (2013) Heidegger tinha o entendimento de prática como o cotidiano que se torna a dimensão ontológica básica de nosso ser no mundo que é, de fato, significativamente estruturado por uma textura de práticas materiais e sociais que permanecem impensadas como tais, mas que nós, mais ou menos partilhamos. As coisas sempre aparecem para nós imbuídas de sentido no que diz respeito à nossa vida e aos nossos objetivos. Prática, portanto, implica em uma relação social e histórica do indivíduo com o mundo, onde as próprias práticas concretas se configuram e se fundamentam dentro deste sistema maior de inteligibilidade (pano de fundo). Prática é em um sentido a casa do ser. Nossa relação primária com o mundo não é por meio de representações significativas, mas por meio de atividade prática e de seu entendimento comum.

A prática é, portanto, anterior à representação. Noção de prática de Heidegger é fundamentalmente super-individual, embora não propriamente social. Estar no mundo é sempre um ser com outros. Isto implica que nos encontramos dentro de um determinado horizonte sustentado coletivamente de inteligibilidade e ação e que podemos trazer à consciência, portanto, transcender, mas nunca sair. Emoções não são meros ornamentos da razão pura; elas são tanto constitutivas e instrumentais em nosso potencial para transcender nossa mediocridade de existir. O tempo não é um traço objetivo do mundo ou uma projeção subjetiva de consciência sobre o mundo, tanto quanto é uma dimensão primária e original de ser que o encontro com a morte revela que já está e sempre esteve lá. Isto quer dizer que o conceito tradicional do próprio tempo pressupõe temporalidade. Há a primazia de um tipo de prática – discursiva – sobre todas as outras – é por meio de sinais e práticas discursivas que dispomos do mundo e, portanto, estamos no mundo. Nas palavras de Azevedo (2013, p.54) “ao considerar as práticas como as menores unidades de análise social, abre-se espaço para discutir os papéis do corpo, da mente, das emoções, dos não-humanos, da estética, do hábito e do saber prático nos processos de aprender e praticar – ressignificando conhecimento e saber. Além disso, ganha destaque a situacionalidade das práticas, sempre dinâmicas e provisórias, nunca desvinculadas de seu contexto, dos atores e da linguagem,

as quais, ao serem produzidas e reproduzidas, também produzem e reproduzem a sociedade. Assim, tal discussão pode se afastar de dualismos e dicotomias, enfatizando saberes práticos, reflexividade, questões de poder, gosto e ética. Com isso, as abordagens de aprendizagem baseadas em prática acenam com a possibilidade de “colocar luz” sobre aspectos da vida organizacional que até agora foram “deixados na sombra” e surgem como uma promessa e um desafio para os pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. Uma agenda brasileira para os estudos em aprendizagem organizacional. **RAE**, v. 49, n. 3. 2009.

ALVES, P. C.; RABELO M. C.; SOUZA, I, M.; Hermenêutica Fenomenológica e compreensão nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado** – v. 29, n. 1, 2014.

AZEVEDO, D. Aprendizagem Organizacional e Epistemologia da Prática: Um Balanço de Percurso e Repercussões. **RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. V. 2, n.1. abril/jan, 2013.

DAVEY, N. **Unfinished Words**. Hermeneutics, Aesthetics and Gadamer. Edinburgh University Press Ltd, 2013.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GHERARDI, S. From organizational learning to practice based knowing. **Human Relations**, p.131-138, v. 54, n. 1, 2001.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. Learning In a Constellation of Interconnected Practices: Canon or Dissonance? **Journal of Management Studies**, p.419-436, v. 39, n.4, 2002.

GRONDIN, J. **Introdução à Hermenêutica Filosófica**; tradução de Benno Dischinger. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.

HANDLEY, K.; STURDY, A.; FINCHAM, R.; CLARK, T. Within and beyond communities of practice: making sense of learning through participation, identity and practice. **Journal of Management Studies**, v. 43, n. 3, p. 641-653, 2006.

HEIDEGGER, M. **Ontologia**: hermenêutica da facticidade. Petrópolis: Vozes, 2012. (Coleção textos filosóficos).

NICOLINI, D. **Practice theory, work & organization**: an introduction. UK: Oxford University Press, 2013.

NICOLINI, A. Podem Indivíduos e Suas Práticas Promover Aprendizagem Organizacional? **Teoria e Prática em Administração**, v. 3 n. 1, 2013, pp. 19-38.

SCHATZKI, Theodore R. A primer on practices: theory and research. In: HIGGS, Joy; BARNETT, Ronald; BILLETT, Stephen; HUTCHINGS, Maggie; TREDE, Franziska (Eds.). **Practice-based in education: perspectives and strategies**. Rotterdam, The Netherlands: Sense Publishers. 2012.

STEIN, E. J. **Aproximações sobre hermenêutica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

WENGER, E. **Communities of practice**: learning, meaning, and identity. New York: Cambridge University Press, 1998.

_____. Communities of Practice and Social Learning Systems. **Organization**, v.7, n.2, p. 225–246, 2000.

WENGER, E. **Comunidades de prática**: aprendizaje, significado e identidad. Barcelona: Paidós, 2001.

_____. Communities of Practice and Social Learning Systems. In: NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. (eds.). **Knowing in Organizations: A Practice-Based Approach**. New York: M.E. Sharpe, 2003.

_____. **Communities of practice a brief introduction**, 2006.

WENGER, Etienne C; SNYDER, Willian M. Comunidades de Prática. In: **Harvard Business Review**. Aprendizagem Organizacional. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 9-26.

Recebido em 20/08/2016

Versão corrigida recebida em 21/09/2017

Aceito em 19/04/2017

Publicado online em 30/09/2017